

# Termo de Referência 24/2023

## Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2023	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	JAIME DONIZETE BONAMICHI	05/05/2023 08:58 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.	158137-21/2022	23343.001244.2023-29

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de de empresa especializada na prestação de serviços de TELEFONIA FIXA COMUTADA, para atendimento das necessidades da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Id	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual	Valor unitário	Valor total
01	Assinatura mensal de um tronco E1	26450	Unidade	12	1.100,45	13.205,40
02	Assinatura mensal de 100 ramais DDR	26093	Unidade	12	204,91	2.458,92
03	Chamadas locais fixo - fixo	26115	Minutos	4.800	0,07	336,00
04	Chamadas locais fixo - móvel VC1	26123	Minutos	300	0,48	144,00
05	Chamadas de longa distância fixo - fixo (degraus tarifários D1 a D4)	26131	Minutos	3.600	0,22	792,00
06		26140	Minutos	600	0,64	384,00

	Chamadas nacionais fixo - móvel VC2 / VC3					
Valor global anual						17.320,32

nota: o serviço objeto desta contratação não consta do catálogo de soluções de TIC com condições padronizadas

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são caracterizados segundo padrões internacionais e regulamentado, no Brasil, pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, bem como são oferecidos por empresas concessionárias ou autorizadas, permitindo a decisão de contratação pelo critério de menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.  

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A solução de TIC consiste na prestação continuada de serviços de telefonia fixa para atendimento das demandas de comunicações da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS conforme detalhamento registrado no respectivo estudo técnico e motivação e justificativa registradas no item 3 deste documento.

2.2. O quantitativo do serviço foi determinado a partir do consumo efetivo do contrato 15 / 2018, ainda vigente nos termos do processo administrativo no 23343.000559.2018-91, devidamente registrado no respectivo estudo técnico.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se visto que o atual contrato de prestação de serviços continuados de telefonia fixa, de número 15 / 2018, tem vigência até 07 de junho de 2023, quando completará 60 (sessenta) meses não podendo ser prorrogado, pois completará a vigência máxima prevista na Lei 8.666 / 1993, sendo necessário conduzir novo processo licitatório

3.2. No mais, o acesso aos serviços de comunicação através do uso de serviço continuado de telefonia fixa é imprescindível para que esta Instituição possa realizar seus objetivos administrativos e pedagógicos.

3.3. Além disso, os números de telefone divulgados e disponibilizados ao público, são hoje, ao lado do site institucional, disponibilizado na internet, os principais canais de contato entre o IFSULDEMINAS e a comunidade onde está inserido.

3.4. Nestes termos, o referido serviço é de suma importância, e por isso este formato de comunicação, de natureza continuada, não poderá ser interrompido;

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

3.5.1. ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000004/2023;

3.5.2. Data de publicação no PNCP: 14/02/2023;

3.5.3. Id do item no PCA: de 102 a 111;

3.5.4. Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS;

3.5.5. Identificador da Futura Contratação: 158137-21/2022.

3.6. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020 -2023, nos termos do Decreto No 11.260 de 22 de novembro de 2022, e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021 - 2022, prorrogado para 2023 do IFSULDEMINAS. conforme demonstrado abaixo:

<b>ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TIC 2021 - 2022, ESTENDIDO ATÉ 2023</b>	
<b>ID</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>
<b>01</b>	OBJ07 (Oferecer serviços, aplicações e infraestrutura que suportem os requisitos da instituição)

<b>ALINHAMENTO AO PDTIC 2021 - 2022, ESTENDIDO ATÉ 2023</b>	
<b>ID</b>	<b>Ação do PDTIC</b>
<b>P138</b>	Serviço de telefonia fixa

### **Dos resultados e benefícios a serem alcançados**

3.7. Esta demanda objetiva garantir a continuidade da disponibilidade de infraestrutura de comunicações para a Instituição, para que possa contribuir com a realização de seus objetivos administrativos e pedagógicos, bem como continuar disponibilizando o canal de comunicação com a sociedade de sua região de atuação.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Devem ser atendidos, no que couber ao objeto desta contratação, os do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.2. A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.3. Não se aplica ao objeto desta contratação;

### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.4. Não se aplica ao objeto desta contratação;

### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não se aplica ao objeto desta contratação;

### **Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Da verificação de amostra do objeto**

4.7. Não se aplica ao objeto desta contratação;

### **Garantia da Contratação**

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor global estimado, a natureza de serviço comum e de amplo uso pela sociedade.

4.9. O objeto desta contratação não requer transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas pela contratada.

### **Requisitos de Negócio**

4.10. Continuidade da prestação do serviço de telefonia fixa, tendo em vista que o contrato atual não poderá ser renovado, pois irá completar a duração máxima de 60 (sessenta) meses previsto na Lei 8.666 / 1993.

### **Requisitos de Capacitação**

4.11. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

### **Requisitos Legais**

4.12. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.13. Quanto ao objeto desta contratação, aplicam-se todas as normas e regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) referente ao serviço de telefonia fixa nas modalidades local e longa distância, nacional e internacional. O fato destas normas e regulamentações não estarem relacionadas neste documento não exime os licitantes quanto ao fiel cumprimento das mesmas.

### **Requisitos de Manutenção**

4.14. Devido às características da solução, a CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral e durante a vigência do contrato, com atendimento imediato em caso de falha no entroncamento de entrada, no entroncamento de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA usados para a fruição dos serviços.

### **Requisitos Temporais**

4.15. A contratada deverá disponibilizar o serviço, de forma plenamente operacional, em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da ordem de prestação, devendo considerar, neste prazo, eventual transição contratual e a necessária portabilidade de números da Instituição (número do tronco E1 e dos números da faixa de ramais com discagem direta).

4.16. Os prazos constantes deste Termo de Referência podem ser prorrogados, excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.18. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.19. A contratada deverá observar, para acesso de seus funcionários ou prestadores de serviço ao sítio da contratante:

4.19.1. Prévio envio de relação dos funcionários ou prestadores de serviço, informando nome completo, RG e CPF;

4.19.2. Assinatura do termo de ciência;

4.19.3. Os funcionários ou prestadores de serviço terão acesso ao data center e ao rack do PABX apenas

4.19.4. acompanhados de servidores da Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.20. Durante a execução de tarefas no ambiente da contratante, os funcionários da contratada ou seus prestadores de serviço deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.21. A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.22. Ainda, a contratada deverá realizar toda a logística reversa de sobras de materiais, bem como a destinação ambientalmente correta, com estrita observância dos requisitos legais.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.23. Só serão admitidas ao processo licitatório empresas, concessionárias ou autorizadas pela ANATEL, que prestam o serviço de telefonia fixa através de rede totalmente cabeada (par metálico ou fibra óptica) e de acordo com o padrão STFC e com a disponibilização de tronco E1 com 30 (trinta) canais.

4.24. A contratada deverá disponibilizar troncos de entrada e de saída do tipo E1, sinalização R2 digital e facilidade de discagem direta a ramal.

### **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.25. Não se aplicam ao objeto desta contratação.

### **Requisitos de Implantação**

4.26. Não se aplicam ao objeto desta contratação.

### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.27. A contratada deverá prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas previamente comunicadas;

4.28. A contratada deverá fornecer número telefônico e email para contato e abertura de chamados sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, não se admitindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”;

4.29. A contratada deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato;

4.30. A contratada deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.31. Caso detectado problema de funcionamento do serviço, que tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma;

4.32. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha no entroncamento de entrada e de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.33. Não se aplicam ao objeto desta contratação;

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.34. Não se aplicam ao objeto desta contratação;

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.35. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.36. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas previamente comunicadas;

4.37. Fornecer número telefônico e email para contato e abertura de chamados sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, não se admitindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”;

4.38. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato;

4.39. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.40. A CONTRATADA deve utilizar como os parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ STFC Resolução nº 605/2012 ou mais atual).

4.41. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.42. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

4.43. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e o Termo de Ciência, a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos I e II.

### **Do parcelamento da solução de TIC**

4.44. O parcelamento é a análise relativa à divisibilidade do objeto, em itens ou lotes, sempre que, com isso, identificar-se o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

4.45. Promoveu-se o agrupamento dos itens do serviço visto que possuem a mesma natureza e interdependência e que a separação dos itens, para efeitos de adjudicação, comprometem o conjunto da solução para os serviços pretendidos. Ademais, os serviços de telefonia fixa não admitem parcelamento sem onerar ou dificultar a sua prestação, uma vez que cada serviço (item) depende de um mesmo meio físico provido pela operadora para disponibilizar os serviços aos usuários finais.

### **Da política de segurança da informação**

4.46. A contratada deverá apresentar, para efeitos de proposta, declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratada que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes->



normativas no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI. Pode-se, também, baixar o arquivo em PDF através do links <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Resolucao.050.2016.pdf>

### **Da propriedade intelectual**

4.47. Não se aplica ao objeto desta contratação.

### **Da transferência de conhecimento**

4.48. Não se aplica ao objeto desta contratação.

### **Da proteção de dados pessoais**

4.49. A CONTRATADA deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para efeitos de habilitação técnica da contratação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da contratada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18.

### **Vistoria**

4.50. Será facultada, às empresas interessadas em participar do procedimento licitatório, a realização de vistoria do local onde deverá ser prestado os serviços. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria na Reitoria do IFSULDEMINAS, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme dados a seguir, de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 horas às 15:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail, podendo sua realização ser comprovada por:

4.50.1. Atestado de vistoria, assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do edital; ou

4.50.2. Declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou de que realizou vistoria no local do evento, ou, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam desavenças técnicas ou financeiras com a contratada.

4.51. O prazo para a vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital nos termos da Lei, estendendo-se até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

4.52. Dados para agendamento:

4.52.1. Servidor: Jaime Donizete Bonamichi;

4.52.2. Telefone: 35 3449 6177;

4.52.3. Celular: 35 9216 6138.

4.53. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## **DOS REQUISITOS TÉCNICOS**

### **Dos serviços de telefonia**

4.54. Serviço telefônico na modalidade Local compreendendo a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR). Também inclui serviços de telefonia fixa nas modalidades Longa Distância Nacional. A contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços de acordo com o padrão STFC e regulamentação da ANATEL:

4.55. Entroncamentos de entrada e de saída:

4.55.1. Tipo E1 - padrão europeu;

4.55.2. Com 30 (trinta) canais;

4.55.3. Sinalização: R2 digital;

4.55.4. Discagem direta para 100 ramais

4.56. Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO):

4.56.1. Serviços Telefônicos Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones fixos nesta mesma área;

4.56.2. Denominação: LOCAL-FF.

4.57. Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC -LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1):

4.57.1. Serviço Telefônico Fixo-Móvel INTRA OPERADORA na modalidade local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones móveis da mesma operadora nesta mesma área;

4.57.2. Denominação: LOCAL-FM-IO;

4.57.3. Serviço Telefônico Fixo-Móvel EXTRA OPERADORA na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones móveis de outra operadora nesta mesma área;

4.57.4. Denominação: LOCAL-FM-EO;

4.58. Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus tarifários de 1 a 4):

4.58.1. Serviços Telefônicos Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (degraus tarifários de 1 a 4), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente da área Local, em todo o país;

4.58.2. Denominação: LDN-FF-QO;

4.59. Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3):

4.59.1. Serviços Telefônicos Fixo-Móvel Intra-Operadora e Extra-Operadora, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente da área Local, em todo o país;

4.59.2. Denominação: LDN-FM-QO;

4.60. Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região:

4.60.1. Serviços Telefônicos Fixo-Fixo e Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Internacional, assim entendidas as ligações oriundas de telefones fixos com destino a telefones fixos ou móveis para todos os países, independente de região;

4.60.2. Denominação: LDI - STFC - F/FM.

4.61. Da Emissão da Nota Fiscal

4.61.1. É pré-condição para a emissão da nota fiscal/fatura a efetiva prestação mensal dos serviços de telefonia fixa, com observação de todos os requisitos deste documento e de acordo com regulamentação da ANATEL;

4.61.2. Uma vez recebida a Fatura, o fiscal do contrato fará a verificação da quantidade e da qualidade dos serviços prestados no período referente àquela Fatura e, se de acordo, fará a atestação e encaminhará para liquidação e pagamento.

4.61.3. Caso contrário, o fiscal tomará as devidas providências, baseadas neste documento, fará a apuração das sanções aplicáveis e abrirá prazo para manifestação da CONTRATADA, ficando a liquidação e pagamento sobrestados.

4.62.

4.62. Demais requisitos:

4.62.1. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões do Tronco de Entrada e Saída serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço;

4.62.2. A estimativa dos serviços de telefonia fixa da CONTRATANTE, conforme consta no item 2 deste documento, no entanto, não se constitui em qualquer obrigação de seu total consumo.

### **Do serviço de gerenciamento**

4.63. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web ou aplicativo de acesso via Internet que permitirá à CONTRATANTE ter acesso à fatura / nota fiscal.

4.64. Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

4.65. A composição do preço da minutagem prevista para os itens relacionados à telefonia fixa deverá considerar todos os encargos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, não sendo possível a cobrança em separado de taxas extras ou assinaturas de quaisquer tipo.

### **Da compatibilidade de equipamentos e acessórios**

4.66. Todo e qualquer equipamento e acessório de propriedade da contratada deverá ser fornecido em regime de comodato, sem custos adicionais para a contratante e deverá observar os seguintes requisitos:

4.66.1. Ser compatível com a infraestrutura local da contratante. Preferencialmente, deverá ser fornecido equipamento compatível com rack de 19", bivolt e compatível com o padrão brasileiro de tomadas. Também será aceito equipamento acompanhado de bandeja para fixação em rack de 19";

4.66.2. A contratada deverá oferecer compatibilidade física e lógica com as seguintes estruturas de telefonia:

4.66.2.1. PABX LEUCOTRON ISION IP 2000R homologado pela ANATEL;

4.66.2.2. A sinalização do tronco E1, entre o PABX e a rede telefônica pública comutada (PSTN) do tipo R2 DIGITAL ou ISDN;

4.66.2.3. A conexão entre equipamentos da contratada, instalados no ambiente da contratante, devem ser compatíveis com os respectivos PABX ou a contratada deverá fornecer dispositivo conversor / adaptador para o respectivo padrão padrão, e sem ônus para a contratada.

### **Da portabilidade numérica**

4.67. Será exigida a facilidade de portabilidade numérica, devendo a contratada manter as faixas de numeração utilizadas pela CONTRATANTE (número chave e faixa de ramais indicados abaixo), sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado:

4.67.1. Um Tronco E1 com 30 canais: número chave (35) 3449-6150;

4.67.2. Faixa de numeração DDR: 3449-6149 a 3449-6199 e 3449-6250 a 3449-6299.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

#### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.3. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.4. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.7. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.8. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço especificados;

5.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;

5.10. Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;

5.11. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;

5.12. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;

5.13. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;

5.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

5.15. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;

#### **5.16. São obrigações do CONTRATADO**

- 5.17. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.18. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.19. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.20. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.21. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.22. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.23. Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.24. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço;
- 5.25. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18;
- 5.26. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.27. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 5.28. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- 5.29. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, disponível em horário comercial, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo "call center" para atendimento específico ao Governo e grandes clientes corporativos;
- 5.30. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.32. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;

5.33. Apresentar mensalmente e de forma gratuita, a critério da CONTRATANTE, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, em arquivo eletrônico compatível com arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 3 ou superior, conforme [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br)), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório;

5.34. Realizar a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

5.35. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

5.36. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.37. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE; 5.38. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.39. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

5.40. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;

5.41. A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso, conforme anexo I deste Termo de Referência, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado;

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Da**

#### **Da reunião inicial**

6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD ME nº 94/2022 e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.3.1. Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A Carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.3.2. Entrega do termo de compromisso assinado;

6.3.3. Emissão da ordem de prestação do serviço;

6.3.4. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;

6.3.5. Fornecer endereço WEB da plataforma de gestão dos serviços e orientar o cadastro de perfis de acesso.

### **Do fornecimento**

6.4. O serviço deverá ser prestado no seguinte endereço: Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre, Minas Gerais.

6.5. Para efeitos de implantação da infraestrutura da contratada para atendimento desta contratação, deverão ser observados os requisitos da cláusula 4 deste termo de referência.

6.6. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

6.7. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

6.8. A CONTRATADA deve utilizar como os parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ STFC Resolução nº 605/2012 ou mais atual). Da transição contratual

### **Da transição contratual**

6.9. Em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da ordem de prestação a CONTRATADA deverá providenciar a infraestrutura necessária observando os seguintes requisitos:

6.9.1. Realizar o lançamento de cabo telefônico desde o ponto de acesso da CONTRATADA até o local de instalação da CONTRATANTE. A distância entre o ponto de acesso na rua (poste de referência) até o local de instalação da CONTRATANTE deverão ser definidos pela CONTRATADA, podendo esta verificar a priori através da vistoria facultativa;

6.9.2. Realizar a instalação e configuração do MODEM E1, nas dependências da CONTRATANTE, incluindo o cabeamento entre o MODEM E1 e o PABX do CONTRATANTE (a contratada deverá estar ciente de que esta conexão poderá exigir adaptações - referir-se ao item 4.10);

6.9.3. Realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a portabilidade numérica e o direcionamento das chamadas de entrada e saída da CONTRATANTE;

6.9.4. Proceder todos os testes necessários à efetiva e plena disponibilidade operacional do serviço contratado;



6.9.5. Proceder todos os testes necessários para comprovar que os 30 canais do tronco E1 estão plenamente operacionais; 6.9.6. Os testes acima incluem a verificação de disponibilidade dos canais de atendimento da CONTRATADA, para a solução de problemas e outras providências que se fizerem necessárias;

6.9.7. Para todos os testes mencionados acima deverá ser emitido relatório próprio com as características técnicas a serem testadas, os valores mínimos a serem alcançados e os resultados efetivos.

#### **Da quantidade mínima dos serviços**

6.10. A quantidade dos serviços a serem prestados é de acordo com o item 1.1 deste termo de referência. Não há obrigação por parte da contratante em consumir o quantitativo total de serviços de voz e a cobrança deverá se dar em função do efetivo consumo mensal (custo variável).

#### **Dos mecanismos formais de comunicação**

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

6.11.1. Ordem de Serviço;

6.11.2. Ata de Reunião;

6.11.3. Ofício;

6.11.4. Sistema de abertura de chamados;

6.11.5. E-mails e Cartas.

#### **Da forma de pagamento**

6.12. É pré-condição para a emissão da nota fiscal/fatura a efetiva prestação mensal dos serviços de telefonia fixa, com observação de todos os requisitos deste termo de referência e de acordo com a Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 da ANTEL;

6.13. Uma vez recebida a Fatura, o fiscal do contrato fará a verificação da qualidade dos serviços prestados no período referente àquela Fatura e, se de acordo com este termo de referência, fará a atestação e encaminhará para liquidação e pagamento;

6.14. Caso contrário, o fiscal tomará as devidas providências, baseadas neste termo de referência, fará a apuração das sanções aplicáveis e abrirá prazo para manifestação da CONTRATADA, ficando a liquidação e pagamento sobrestados.

6.15. Demais critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados na cláusula 8 deste Termo de Referência.

#### **Dos materiais a serem disponibilizados**

6.16. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões do Tronco de Entrada e Saída serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço;

#### **Da Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.17. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.18. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e o Termo de Ciência, a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos I e II.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### Requisitos gerais

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.5.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.5.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.5.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.5.9. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.5.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.5.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI). 7.5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.5.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Crítérios de medição e pagamento**

7.6. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

<b>Id</b>	<b>Indicador</b>	<b>Métrica</b>	<b>Glossa</b>
<b>01</b>	A relação entre o número total de reclamações recebidas (NTRR) na prestadora e o número total de ramais DDR contratados (NTRC), no mês, não	NTRR / NTRC ≤ 5%	Para NTRR / NTRC > 5%, desconto de 5% do valor da fatura

	deve ser superior a 5% (cinco por cento)		
02	Restabelecimento de interrupção total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas em no máximo 2 (duas) horas.	<= 2 horas	Para interrupção total do serviço maior do 2 horas: desconto de 5% do valor da fatura
03	Comunicação de interrupções programadas dos serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.	>= 3 dias úteis	Comunicação de interrupção do serviços em 2 ou menos dias: desconto de 5% do valor da fatura

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, de acordo com os critérios da tabela acima, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022), observando:

7.9.1. Disponibilização da infraestrutura da contratada e comprovação da portabilidade numérica de acordo;

7.9.2. Ateste mensal da faturas e aplicação, quando aplicável, da glosa do pagamento nos termos dos níveis de serviços acordados.

7.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a

análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.22. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.23. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.25. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Procedimentos de Teste e Inspeção

7.29. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.29.1. Em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da ordem de prestação a CONTRATADA deverá providenciar a infraestrutura necessária à prestação do serviço;

7.29.2. Realizar o lançamento de cabo telefônico desde o ponto de acesso da CONTRATADA até o local de instalação da CONTRATANTE. A distância entre o ponto de acesso na rua (poste de referência) até o local de instalação da CONTRATANTE deverão ser definidos pela CONTRATADA, podendo esta verificar a priori através da vistoria facultativa;

7.29.3. Realizar a instalação e configuração do MODEM E1, nas dependências da CONTRATANTE, incluindo o cabeamento entre o MODEM E1 e o PABX do CONTRATANTE (a contratada deverá estar ciente de que esta conexão poderá exigir adaptações);

7.29.4. Realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a portabilidade numérica e o direcionamento das chamadas de entrada e saída da CONTRATANTE;

7.29.5. Proceder todos os testes necessários à efetiva e plena disponibilidade operacional do serviço contratado;

7.29.6. Proceder todos os testes necessários para comprovar que os 30 canais do tronco E1 estão plenamente operacionais;

7.29.7. Os testes acima incluem a verificação de disponibilidade dos canais de atendimento da CONTRATADA, para a solução de problemas e outras providências que se fizerem necessárias;

7.29.8. Para todos os testes mencionados acima deverá ser emitido relatório próprio com as características técnicas a serem testadas, os valores mínimos a serem alcançados e os resultados efetivos.

### Critérios de aceitação

7.30. A prestação do serviço observará os seguintes requisitos de aceitação:

7.30.1. Disponibilização da infraestrutura da contratada e comprovação da portabilidade numérica de acordo com os requisitos do item 6.1.3;

7.30.2. Ateste mensal da faturas e aplicação, quando aplicável, da glosa do pagamento nos termos dos níveis de serviços acordados.

### Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.31. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar suporte técnico em período integral e durante a vigência do contrato, com atendimento imediato em caso de falha no entroncamento de entrada, no entroncamento de	

	saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA usados para a fruição dos serviços.	Multa de 5 % sobre o valor total do Contrato após uma hora de atraso em prestar o serviço de suporte
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	Para NTRR / NTRC > 5%, desconto de 5% do valor da fatura
		Para interrupção total do serviço maior do 2 horas: desconto de 5% do valor da fatura
		Comunicação de interrupção do serviços em 2 ou menos dias: desconto de 5% do valor da fatura
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor total do Contrato.

7.32. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

7.32.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.32.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### Liquidação

7.33. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.33.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.34. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, salvo quando se aplicar modelo de fatura / nota fiscal regulamentada por serviço:

7.34.1. o prazo de validade;

7.34.2. a data da emissão;

7.34.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.34.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.34.5. o valor a pagar; e

7.34.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.35. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.36. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.37. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.38. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.40. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.42. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.43. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IST -Índice de Serviço de Telecomunicações de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.44. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.45. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.46. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.47. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.48. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.50. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. DO REAJUSTE**

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST.

8.2. Os preços, inicialmente contratados, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2023 que corresponde à data de emissão do respectivo estudo técnico que é o primeiro registro do valor estimado.

8.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Serviços de Telecomunicações, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA e do tipo comum, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2. O regime de execução do contrato será por de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, com todos os itens em grupo único, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados, justificando-se pela dificuldade de definir-se, de antemão, o quantitativo exato de utilização do serviço.

### Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.29. Não se aplica ao objeto desta contratação.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$17.320,32 (dezessete mil, trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo, o qual foi obtido através de pesquisa de preços realizada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65 /2021 e detalha no respectivo estudo técnico.

Id	Descrição	CATSER	Métrica	Quant. mensal	R\$ unitário	Quant. anual	R\$ total
01	Assinatura mensal de um tronco E1	26450	Unidade	1	1.100,45	12	13.205,40
02	Assinatura mensal de 100 ramais DDR	26093	Unidade	1	204,91	12	2.458,92
03	Chamadas locais fixo - fixo	26115	Minutos	400	0,07	4.800	336,00

04	Chamadas locais fixo - móvel VC1	26123	Minutos	25	0,48	300	144,00
05	Chamadas de longa distância fixo - fixo (degraus tarifários D1 a D4)	26131	Minutos	300	0,22	3.600	792,00
06	Chamadas nacionais fixo - móvel VC2 / VC3	26140	Minutos	50	0,64	600	384,00
Valor total global estimado						17.320,32	

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 26412 / 158137;

11.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

11.2.3. Programa de Trabalho: 12363501220RL0031;

11.2.4. Elemento de Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

11.2.5. Plano Interno: PI L20RLP01PSN;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### Cronograma físico financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Assinatura mensal de um tronco E1	Valor fixo mensal durante a vigência do contrato	R\$ 1.100,45
		204,91

Assinatura mensal de 100 ramais DDR	Valor fixo mensal durante a vigência do contrato	
Chamadas locais fixo - fixo	Valor mensal variável a depender do consumo efetivo e limitado ao valor máximo indicado	28,00
Chamadas locais fixo - móvel VC1	Valor mensal variável a depender do consumo efetivo e limitado ao valor máximo indicado	12,00
Chamadas de longa distância fixo - fixo (degraus tarifários D1 a D4)	Valor mensal variável a depender do consumo efetivo e limitado ao valor máximo indicado	66,00
Chamadas nacionais fixo - móvel VC2 / VC3	Valor mensal variável a depender do consumo efetivo e limitado ao valor máximo indicado	32
Desembolso mínimo fixo mensal		1.305,36
Desembolso máximo mensal a depender do consumo efetivo do serviço		138,00

### Declaração de serviços comuns

11.4. O serviço de telefonia fixa, objeto da contratação, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviço comum.

### Da proposta

11.5. A licitante deverá apresentar proposta de preços de acordo com o modelo do Anexo III;

11.6. Apresentar comprovação de que é concessionária ou autorizada ANATEL para prestação do serviço de telefonia fixa;

11.7. Apresentar declaração indicando o encarregado responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18, conforme modelo do anexo IV;

11.8. A contratada deverá apresentar declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratada que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas> no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI, conforme modelo do Anexo V.

### Dos anexos

11.9. Anexo I - Termo de Compromisso.

- 11.10. Anexo II - Termo de Ciência. 11.11. Anexo III - Modelo de proposta
- 11.12. Anexo IV - Modelo de declaração de encarregado responsável pela proteção de dados;
- 11.13. Anexo V - Modelo de declaração de ciência da política de segurança da informação.

Pouso Alegre, 03 de maio de 2023.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JAIME DONIZETE BONAMICHI**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 14:42:46.

**VERA CAROLINA DA SILVA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 14:47:01.

**JOSE GERALDO DANTAS NUNES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 15:08:49.

**WELLINGTON OPENHEIMER RIBEIRO**

Diretor substituto de TI



Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 17:53:11.

**HONORIO JOSE DE MORAIS NETO**

Pró Reitor de Administração



Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 15:01:07.

**CLEBER AVILA BARBOSA**

Reitor



*Assinou eletronicamente em 04/05/2023 às 15:03:38.*



# Documento Digitalizado Público

## Termo de referência - telefonia fixa.

**Assunto:** Termo de referência - telefonia fixa.  
**Assinado por:** Jaime Bonamichi  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaime Donizete Bonamichi, COORDENADOR(A) - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI**, em 11/05/2023 13:00:10.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/05/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 412796

**Código de Autenticação:** f04dde4e30

